



RELATOS INFANTIS: REPRESENTAÇÃO OU EFEITO? (CHILD NARRATIVE: REPRESENTATION OR EFFECT?)

Pascoalina Bailon de Oliveira SALEH (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

ABSTRACT: *The studies on narrative acquisition generally adopt descriptive models which relate report to real experience and fiction to imagination. This paper searched for an alternative to this representational perspective. It argues that child narrative must be considered in terms of the effects they produce.*

KEY-WORDS: *Language Acquisition; narrative; representation; effects of language.*

0. Introdução

De uma maneira geral, os estudos sobre a aquisição de narrativas adotam modelos descritivos que atrelam o relato à fidelidade ao vivido e a ficção à imaginação. Este é, por exemplo, o critério adotado por um estudo que é referência para grande parte dos trabalhos sobre narrativas infantis, qual seja, Labov e Waletzky (1967). Com efeito, quando, por exemplo, os autores condicionam a possibilidade de interpretação semântica do relato de experiência pessoal à fidelidade dos eventos descritos à ordem em que eles efetivamente ocorreram, eles atrelam o produto narrativo ao acontecimento “real” que lhe deu origem e sugerem, portanto, que esse tipo de relato seria uma representação dos eventos narrados.

Este trabalho busca uma alternativa a essa perspectiva representacionista da linguagem, partindo do princípio de que a relação do sujeito com o mundo e com suas experiências só pode se dar via linguagem; mais que isso, o funcionamento da linguagem determina essa relação.

1. Perspectiva teórica

Com efeito, já em Saussure encontramos o signo lingüístico definido como uma associação, de caráter arbitrário e convencional, entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Com isso ele queria dizer que nada há na palavra “mesa”, por exemplo, que a una de forma necessária ao objeto que ela designa. Ou seja, o lingüista chamava a atenção para o fato de a ordem dos signos e a ordem das coisas serem distintas, sendo a relação entre signo e coisa significada de simples encontro (Milner, 1987).

Mas a relação entre linguagem e mundo em Saussure fica bem melhor dimensionada quando se considera a noção de valor, através da qual ele define o modo de funcionamento da linguagem. Segundo essa noção, as unidades lingüísticas são derivadas de relações de semelhança e de diferença e recebem seu valor das relações



sintagmáticas e paradigmáticas por elas estabelecidas na cadeia lingüística. Dessa forma, Saussure nega não só a existência de primitivos lingüísticos como a idéia de que o significado lingüístico é uma relação direta com o mundo ou com conceitos pré-estabelecidos (De Lemos, 1992).

Saussure pensou as relações paradigmáticas e sintagmáticas para a língua enquanto “sistema”. Já as reflexões de Jakobson (1963/1995) em torno dessas noções foram além, pois, de certa forma, incluíam o falante no funcionamento da língua (De Lemos, op. cit.: 126). Este autor interpreta as relações de que fala Saussure em termos de processos metafóricos e metonímicos, conforme a dominância de um dos eixos da linguagem (paradigmático ou sintagmático) sobre o outro, uma vez que reconhece neles o mesmo funcionamento da metáfora e da metonímia. Para De Lemos, ao nomear esse duplo movimento de significação através de uma alusão às figuras de linguagem, Jakobson faz dele também “responsável pela ruptura da significação estável que faz da interpretação uma antecipação e da referencialidade uma correspondência do enunciado com coisas do mundo” (op. cit.: 11).

Dessa forma, tanto Saussure como Jakobson assumem que os mecanismos que regem a linguagem dizem respeito a um funcionamento interno. Isso não só coloca em causa a idéia da linguagem como *instrumento* que serve à expressão do pensamento como desnaturaliza a relação entre linguagem e realidade. Ou seja, a visão que se tem da realidade, a forma como se interpreta o mundo está estritamente relacionada à linguagem.

Isto impede que se suponha que no relato infantil, por exemplo, narra-se uma realidade independente da linguagem. Por isso, a distinção entre ficção e não ficção nas narrativas infantis não pode ser atrelada à idéia de criação, imaginação ou fidelidade ao vivido. Ela deve ser pensada em termos dos *efeitos* que as narrativas produzem, ou seja, efeitos de referencialidade ou de ficcionalidade.

Um episódio de Piaget nos servirá para, de certa forma, introduzir o que estamos entendendo como efeito. Eis como o autor fala de uma de suas reminiscências de um fato que teria ocorrido na sua infância:

“[...] uma das minhas primeiras memórias dataria, se fosse verdadeira, do meu segundo ano de idade. **Posso ainda ver, mui claramente, a seguinte cena, em que acreditava até meus 15 anos, aproximadamente.** Estava sentado no meu carrinho, que a babá ia empurrando nos Champs Elysées, quando um homem tentou raptar-me. Fiquei preso pelo cinto, enquanto minha babá tentava corajosamente colocar-se entre mim e o seqüestrador. Ela sofreu vários arranhões, e eu posso ainda ver vagamente os do seu rosto. Depois uma multidão se juntou, um policial com uma capa curta e um bastão branco apareceu, e o homem saiu correndo. **Posso ainda ver toda a cena e até situá-la próximo da estação do metrô.** Quando eu tinha cerca de 15 anos, meus pais receberam uma carta da minha antiga babá, dizendo que se convertera ao Exército da Salvação. Ela desejava confessar suas faltas passadas e, em particular, devolver o relógio que tinha recebido como prêmio na ocasião. Ela havia inventado toda a história, simulando arranhões. **Eu devo, portanto, ter ouvido, quando criança, o relato dessa história em**



que meus pais acreditaram e a projetei no passado sob a forma de memória visual, que foi uma lembrança de uma lembrança, apesar de falsa. Muitas lembranças reais são da mesma ordem, sem dúvida alguma” (Piaget, *apud* Slobin, 1980: 222-223 – nossas ênfases).

Como se vê, Piaget guardou durante anos a convicção de um fato vivido e perturbador. Mas, se de fato tal episódio não diz respeito a algo que efetivamente se deu, de onde vem a sua referencialidade? Mais do que isso, por que os fatos aí narrados são tomados por alguém como referindo-se a algo que ele próprio vivenciara?

O que Piaget tem a dizer sobre isso? Ele fala de uma “memória que depende de outras pessoas” (Piaget, *apud* op. cit.: 222). Do ponto de vista defendido neste trabalho, seria preferível falar de uma “memória” que é efeito de um texto narrado, é verdade, por outra pessoa. O próprio Piaget vê que o efeito de referencialidade vem do outro, ou melhor, da fala do outro. Mesmo se o evento não aconteceu, as palavras fazem com que ele tenha acontecido e se fixado na memória. Piaget é surpreendido por um fato lingüístico: a linguagem está no próprio evento.

Esse relato mostra, na verdade, a criação de “realidades” pela linguagem bem como o submetimento do sujeito às “verdades” por ela construídas. Isso, de certa forma, é reconhecido por Slobin, como indica o comentário que ele faz a propósito do excerto acima: “Em tais condições, é realmente muito difícil atender de modo pleno ao conselho antigo ‘Conhece-te a ti mesmo!’ É como ler os jornais - deve-se acreditar que há alguma correspondência entre os acontecimentos e seu relato - e sabe-se quão perigoso isso pode ser” (Slobin, op. cit.: 223). Observe-se que o próprio Slobin duvida de se saber se uma experiência foi ou não vivida, embora ela exista sobre forma de “lembrança”.

Mas de onde vem a crença na coincidência entre experiência vivida e relato? A partir dos ensinamentos de Lacan (1997, entre outros), pode-se dizer que tal crença é da ordem do *imaginário* e resulta do desconhecimento, pelo sujeito, da eficácia simbólica na constituição da realidade. As lembranças de experiências relatadas só podem tocar o *real* de forma sempre incompleta, porque através da realidade construída pelo *simbólico* e pelo imaginário, o que faz com que ela seja singular para cada pessoa. O imaginário delinea e, por assim dizer, caracteriza as coisas, as experiências percebidas pelo sujeito através dos significantes¹. Dessa forma, cabe ao imaginário estabelecer relações de semelhança a partir das quais o sujeito toma uma determinada narrativa como relato ou ficção. Ou seja, essa classificação não se dá a partir de uma pretensa relação “natural” que o texto manteria com o mundo, mas como efeito do trabalho do simbólico e do imaginário sobre o real².

¹ Observe-se que em sua releitura do estruturalismo Lacan afirma a supremacia do significante sobre o significado. Para ele o significante remete, na cadeia, a um outro significante e não ao significado ou ao mundo. Assim, “é na cadeia do significante que o sentido insiste; mas nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação da qual ele é capaz no momento” (Lacan, 1996:233)

² Conferir Saleh (2000) para uma discussão mais detalhada dessa hipótese.



2. Análise de dados: efeitos de linguagem em narrativas infantis

Os dois dados que serão analisados foram escritos por crianças em ambiente escolar, a partir da instrução “*Conte alguma coisa interessante que aconteceu com você*”. O pedido sugere a escrita de um relato, mas em ambos é a fórmula “era uma vez” que abre a narrativa³. Nem por isso “era...” deixa de remeter a uma situação no passado que toma o lugar de pano de fundo. Em (1) abaixo a viagem de uma tia vai desencadear toda a narrativa:

(1) “.Era uma vez que a minha tia foi viajar no ano passado.

.A minha mãe que nunca tinha-me contado que eu tinha uma irmã que tinha 10 anos e que-se chamava L

.Ai chegou o dia de minha tia Maria viajar e fui até o aeroporto ela-se despediu de todo mundo quando foi a minha vez ela me disse que eu tinha uma chamada L eu chorei por causa disso quando eu cheguei em casa eu perguntei para a minha mãe:

_ Mãe é verdade que eu tenho uma irmã?

_ Não R.

_ Mãe fala a verdade:

_ É verdade sim filha.

_ Mãe por que a senhora nunca-me contou isso?

_ Por que não R.

_ A tia Maria que me contou eu pensei que era mentira.

. Um dia a minha tia e a minha irmã venho para São Paulo eu fiquei muito alegre eu e minha mãe.

. Passou uma semana e a minha tia não foi na minhacasa.

. E eu não vii a minha tia e nem a minha irmã eu fiquei muito chateada.

. Ela passou mais ou menos 2 semanas ou 3 semanas ou 6 semanas.

_ Ai eu falei com a minha mãe.

_ Mãe por que a Lidiane não vem em casa em mãe?

_ Por que não R. eu do crasas a Deus por que você sabe que o seu pai só briga, só vive bebo por isso agora ele manerou mais.

. Ai minha tia comprou as passagens.

. Ai chegou o dia de elas viajar eu fui até o aeroporto ai eu vii a minha irmã eu não chorei mas quando foi a hora de despedida que nós se abraçamos eu comesei a chorar ela entrou no ônibus eu continuei a chorar ai a minha mãe falou:

_ Filha não chora.

_ Ai o ônibus foi em bora eu fiquei muito triste eu e minha mãe.

. Ai eu viajei no ano de 1977 eu me diverti com ela eu dormia no quarto dela com ela.

_ Esse dia foi o dia muito importante.

³ Mas note-se que já não se trata do “era uma vez” cristalizado dos contos maravilhosos (cf. Oliveira, 1995 - nosso sobrenome até 1997 - e Saleh, 2000).



Ass. R” - RSS - 9 anos

Por outro lado, a entrada de “era uma vez” em cadeias como as que são surpreendidas nesses dados promove uma breve tensão entre os efeitos de referencialidade e de ficcionalidade. Ou seja, a abertura conduz o leitor ao mundo de contos de fadas, mas os significantes vão se resignificando na cadeia e, em consequência, a tensão vai perdendo a sua força e prevalece o efeito de referencialidade. Nesse sentido, a presença dos inúmeros “que” nos dois primeiros parágrafos (“era uma vez a minha tia *que* nunca tinha-me contado *que* eu tinha uma irmã *que...e que* se chamava L...”) restringe o que a eles se segue, ao mesmo tempo que abre a possibilidade de a narrativa tornar-se relato. A repetição de “que” garante um encadeamento, uma trama que se configura como um pano de fundo para o início da narrativa.

Vale notar também que o episódio acima traz o deslocamento da posição do narrador, como indica a mudança das marcas do discurso indireto para o discurso direto no relato do diálogo mãe-criança (depois, volta ao primeiro). No intervalo entre esses dois tipos de discurso, emerge um sujeito que passa para a posição daquele que está (re)vivendo a cena próximo da emoção. O discurso direto é a sua voz.

Esse jogo entre o discurso direto e o indireto promove não só o efeito de dramaticidade da experiência configurada pelo relato, mas também o efeito de referencialidade, ambos fortalecidos pelo comentário “Esse dia foi o dia muito importante” e pela assinatura: “Ass. R”. Esta, aliás, resignifica o relato aproximando-o de uma confissão ou testemunho.

(2) “Era uma vez que eu fui dormi se deitei e e logo qu fechei os olhos sonhei. Eu pencei que era muito rica e minha casa era de três andar e subi na quela escada até se enjoelha qundo eu ceguei faleò:

_ A que alivio

Quando eu chegeí lá sentada qando fui levanta e foí indo caí caí caí caí caí quando olhei pela escada umas partes lipas e outrás cheia de marca de joelho chéi de sangue logo depóis acordei. Eu laveí o rosto troquei e fui para a escola e a professora mandou escrever alguma coisa que aconteceu com nós escrevi isso.” - F - 9,1 anos

Em (2) o início do relato abre espaço para a narrativa de um sonho, no qual a narradora se transforma em uma pessoa rica, dona de uma casa de três andares, mas que despenca do alto, escada abaixo. Segundo Eco (1994: 128), a ficcionalidade parece revelar-se pelos “detalhes inverificáveis e intrusões introspectivas, pois nenhum relato histórico pode suportar tais ‘efeitos de realidade’ ” (aspas do autor).

A narrativa do sonho, como parte desse relato, parece caber parcialmente nessas observações⁴. Parcialmente porque se, por um lado, o que é narrado constitui detalhes e intrusões que produzem “efeitos de realidade” incompatíveis com o relato

⁴ É preciso salientar que a criança não está sendo comparada ao escritor, ao poeta.



histórico, como afirma Eco, por outro, o relato de um sonho nem por isso produz o efeito de ficcionalidade. Mas com que efeito estaríamos lidando nesse caso?

O relato de um sonho não deixa de se referir a uma forma especial de experiência vivida. De que tipo de realidade se ocupa o relato do sonho? A narrativa do sonho é factível enquanto relato de um sonho, ou seja, com essa quase tautologia queremos dizer que o efeito de referencialidade desse tipo de narrativa vem de sua remissão a uma *realidade psíquica*. Disso decorre o efeito de ruptura com o efeito de realidade da vida “real”, embora isso não impeça a ilusão da representação acurada do vivido através do sonho. Dessa forma, poderíamos dizer que o relato do sonho cria um “efeito de realidade” que a história da vida (em vigília) da criança não suporta.

A passagem para a vigília é marcada na narrativa pela referência a pequenos gestos do cotidiano “... depois acordei. Eu lavei o rosto, troquei ...” (é também com o relato desse tipo de gesto que a narrativa é introduzida: “... eu fui dormi se deitei...”). Essa quase descrição do cotidiano bem como o comentário final, que afirma o narrado como uma experiência vivida - “a professora mandou escrever alguma coisa que aconteceu com nós escrevi isso” - contribuem para o efeito de referencialidade da narrativa.

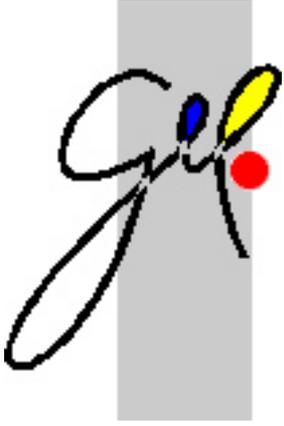
Essa breve análise de dados enfatizou alguns dos aspectos que favorecem o efeito dessas narrativas, ou seja, que contribuem para que elas sejam identificadas, ainda que imaginariamente, como relatos de experiência pessoal.

RESUMO: Este trabalho propõe uma alternativa à perspectiva representacionista que prevalece nos estudos sobre aquisição de narrativas, argumentando que as narrativas infantis devem ser consideradas não em termos da suposta relação que elas mantêm com as experiências vividas, mas dos efeitos por elas produzidos.

PALAVRAS-CHAVE: *Aquisição de Linguagem; narrativa; efeitos de linguagem.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECO, Humberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JAKOBSON, Roman. “Linguística e Poética”. In: *Linguística e comunicação*. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- LABOV, William. & WALETSKY, Joshua. “Narrative analysis: oral versions of personal experiences”. In: HELM, J. (ed.), *Essays on the Verbal Arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-24.
- LACAN, Jacques. *O seminário; livro 7: a ética na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Escritos*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- DE LEMOS, Cláudia Tereza Guimarães. “Los procesos metafóricos e metonímicos como mecanismos de cambio”. *Substratum*, Vol.1, n.º 1, p. 121-135. 1992.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.



OLIVEIRA, Pascoalina Bailon. *Narrando por escrito: ao sabor da língua e do discurso*. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, 1995.

SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. *Narrativas infantis sobre experiências vividas: uma questão de representação?* Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 7.ed. São Paulo: Cultrix: 1970.

SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolingüística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1980.